



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001675-27.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **EDEVAN DA SILVA ROSSI**
Requerido: **Pedro Paulo Pedroza de Souza**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que têm por objeto multa pelo descumprimento de obrigação imposta ao embargante em processo que tramitou por este Juízo.

Reputo de início possível o conhecimento dos embargos a despeito da falta de penhora por força da regra prevista no art. 736, caput, do Código de Processo Civil.

Mantenho, outrossim, os benefícios da assistência judiciária ao embargante, considerando o teor do documento de fl. 75.

Quanto ao mérito, sustenta o embargante que como ocorreu o cumprimento da obrigação que lhe foi imposta esse fato importou a perda do objeto da multa, tornando-a inexigível.

Não lhe assiste razão, porém.

Com efeito, é certo que foi determinado a ele que transferisse a seu nome veículo que adquirira do embargado, sob pena de multa diária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante de sua inércia, a imposição da multa teve vez.

Ainda sobre o processo de origem, é certo de um lado que foi determinada a expedição de alvará para que a transferência do veículo acontecesse independentemente de manifestação do embargante, bem como de outro que o valor da multa chegou a ser reduzido.

Assentadas essas premissas, reputo que não assume relevância para a penalização do embargante a circunstância do veículo ter sido transferido ao seu nome, pois isso não contou com sua contribuição.

Ele, aliás, foi desidioso e não pode agora ser beneficiado por fato de que sequer participou.

A situação poderia quando muito envolver a redução da multa, mas nunca sua extinção.

Em situação semelhante, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou que:

"Não havia qualquer dificuldade fática ou jurídica para que a ré cumprisse imediatamente a determinação judicial. O único obstáculo foi seu descaso pela justiça. ... A análise sobre o excesso ou não da multa não deve ser feita na perspectiva de quem, olhando para os fatos já consolidados no tempo – agora que a prestação finalmente foi cumprida – procura razoabilidade quando, na raiz do problema, existe justamente um comportamento desarrazoado de uma das partes; ao contrário, a eventual revisão deve ser pensada de acordo com as condições enfrentadas no momento em que a multa incidia e com o grão de resistência do devedor" (STJ – 3ª T, REsp 681.294).

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese dos autos, evidenciando que o cumprimento da obrigação imputada ao embargante (com a ressalva de que ela não se deu por ato dele, repita-se) não tem o condão de afastar a multa correspondente.

Já a postulada redução de seu valor não vinga igualmente.

Reiteram-se aqui os fundamentos já expendidos para concluir que a inércia do embargante foi tamanha que nova redução da multa (porquanto uma já aconteceu) não se justifica.

Descabe, ademais, o cotejo entre ela e o valor do automóvel que se tencionava transferir porque este não pode servir de parâmetro para a mesma, que na realidade guarda relação de pertinência com a conduta do embargante e não com outros fatores externos.

Todavia, é de rigor reconhecer que a espécie não pode contemplar a incidência de juros de mora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Sabe-se que a multa diária busca dar efetividade à decisão que a determina, mas quando de sua execução ela não perde a característica de penalidade, de sorte que incidência de juros moratórios sobre ela representaria efetivamente um bis in idem, vale dizer, encerraria dupla penalidade promanada do mesmo fato gerador.

Nesse sentido já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*"Impugnação à execução. Decisão que rejeitou a impugnação apresentada pelo agravante e determinou a expedição de guia de levantamento em favor dos credores. Inadmissibilidade. Descabimento da imposição de juros moratórios nas astreintes decorrentes de cominação no âmbito da obrigação de fazer. Cominação diária que, implicitamente, já tem embutida a mora pelo descumprimento da obrigação. Necessária exclusão da incidência dos juros de mora para se evitar a dupla cominação. Agravo provido" (Ag. 994.09.292534-3, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SEBASTIÃO CARLOS GARCIA**, j. 04.02.2010).*

Bem por isso, prosperam os embargos somente para que se dê o afastamento dos juros moratórios.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES EM PARTE** os embargos para o fim de excluir do valor exequendo os juros de mora computados pelo embargado.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**